

CAPÍTULO IV

REFLEXÕES SOBRE A NOVA MUSEOLOGIA⁵

1 – INTRODUÇÃO

Foi com grande satisfação que aceitei o convite para integrar o corpo docente do Curso de Especialização do MAE/USP. Acompanhei, durante anos, o esforço dos profissionais dessa instituição no sentido de instalar um Curso de Museologia, dando continuidade às ações da Profa. Waldisa Rússia, que, como pioneira, no estado de São Paulo, iniciou as reflexões em torno da produção do conhecimento na área da Museologia, no Curso instalado no Instituto de Sociologia e Política, capacitando vários profissionais, que, hoje, com empenho e profissionalismo, vêm contribuindo, de maneira significativa para o enriquecimento da Museologia em nosso País.

Quero destacar, em especial, o esforço da Profa. Cristina Bruno, coordenadora do Curso de Especialização do MAE/USP, que, com entusiasmo e dedicação, tem trilhado caminhos, até certo ponto tortuosos, do mundo acadêmico abrindo espaço para uma relação necessária com outras áreas do conhecimento e, ao mesmo tempo, produzindo e divulgando o conhecimento construído em nosso campo de atuação. Tenho certeza que o Curso de Museologia recém-instalado na USP será um espaço de reflexão e ação, onde a criatividade, a iniciativa e o desempenho dos seus professores e alunos serão responsáveis por projetos que, com certeza, contribuirão, em muito, para melhorar a atuação das instituições museológicas e para incentivar o desenvolvimento de novos processos museais, tendo como referencial o patrimônio cultural.

⁵ Texto preparado para seminário no Curso de Especialização em Museologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo-MAE/USP, realizado em setembro de 1999.

O tema proposto, ou seja, *A Nova Museologia*, muito me motiva . Considero o Movimento da Nova Museologia um dos momentos mais significativos da Museologia Contemporânea, por seu caráter contestador, criativo, transformador, enfim, por ser um vetor no sentido de tornar possível a execução de processos museais mais ajustados às necessidades dos cidadãos, em diferentes contextos, por meio da participação, visando ao desenvolvimento social. Por outro lado, os processos metodológicos e as técnicas utilizadas, embora em contextos os mais diversificados, trouxeram contribuições significativas para o desenvolvimento da construção do conhecimento na área da museologia, e, conseqüentemente, para os museus, bem como para o desenvolvimento de processos museais, desenvolvidos fora do espaço restrito do museu, como pretendo explicitar no presente trabalho.

Para a abordagem do tema, buscarei realizar uma reflexão a partir dos documentos básicos produzidos pelo ICOM/UNESCO, nos últimos vinte anos, bem como em trabalhos produzidos por profissionais engajados no Movimento da Nova Museologia. Ressalto que a estruturação em itens tem somente o objetivo de facilitar, para o leitor, a compreensão do desenvolvimento das idéias. Contexto, antecedentes, princípios, metodologia e aplicação do processo em nossa realidade, estarão entrelaçados, um complementando o outro, em um contínuo, de ação e reflexão. Em um primeiro momento, serão enfocados os antecedentes, os alicerces, as inquietações, o movimento de fora para dentro dos museus e vice-versa. Em seguida, com base nos documentos acima citados, buscarei delinear os princípios básicos e a metodologia, conceituar e apontar alguns aspectos metodológicos da *Nova Museologia*.

Entretanto, necessário se faz registrar que a classificação *Nova Museologia* não pode ser evolucionista, pois a realidade social é multidimensional. A prática da Nova Museologia é humana e, conseqüentemente, não pode ser dissociada de experiências passadas e embrionárias. Nesse sentido, tentarei, com base nas referências analisadas, e na experiência vivida, buscar uma aproximação com a nossa realidade e apontar algumas contribuições ao processo museológico.

2- CONTEXTUALIZAÇÃO E ANTECEDENTES

Falar da Nova Museologia é falar de conflitos, contradições, de épocas marcadas por repressão e, ao mesmo tempo, por um acentuado processo criativo. Os anos 60 foram marcados pelo movimento artístico-cultural, que destaca o novo, com a participação da juventude, na recusa aos modelos estabelecidos, prepara o terreno, lança as sementes. O inconformismo com os esquemas comerciais e com as imposições dos meios de comunicação de massa, a crítica à sociedade de consumo, a recusa a modelos anteriores e a busca de maior liberdade temática ou de linguagem e, ainda, a intenção de provocar a desacomodação ou a desalienação, culminou com o maio francês, que, segundo (Paes,1993, p. 30) foi o momento maior de contestação do autoritarismo da sociedade, naquele momento. O Historiador Alain Tourrain (1983, p. 85) o considera como “as últimas jornadas revolucionárias da época industrial e o prenúncio dos movimentos sociais e das lutas políticas do futuro”. Talvez possamos apontar “O Maio Francês ”como um vetor no sentido de lançar as bases necessárias para se repensar o museu e a sua relação com a sociedade, de maneira mais efetiva, por meio de ações concretas.

Comentando sobre *o maio de 68*, e sobre a revisão do conceito de patrimônio, René Rivard (1984, p.2) questiona: “*seria a primeira*

batalha organizada contra a instituição museal?” Salienta o autor que na França e em outros países houve uma contestação maciça de todas as instituições, abalando valores, ameaçando posições estabelecidas e, ao mesmo tempo, forçando os responsáveis dessas instituições a olhar com novos olhos suas ações e a repercussão sobre a sociedade. Nesse contexto, o conceito de patrimônio é revisto e ampliado, considerando-se o meio ambiente, o saber e o artefato-o patrimônio integral. Vários grupos contribuem para essa nova conceituação, como os ecologistas, os diferentes países emergentes do colonialismo, que reivindicam o retorno dos bens pilhados ou expatriados pelas sociedades ocidentais, os grupos socialistas ou socializantes que reclamam, em nome do patrimônio coletivo, uma acessibilidade aos monumentos, às coleções dos museus, que antes eram patrimônio privado ou reservadas aos detentores do “saber”. Rivard (1984 p.3) destaca que essa ampliação da noção de patrimônio terá como consequência direta uma revisão dos poderes que assumem a gestão e a valorização dos monumentos, sítios, museus e de todo lugar considerado patrimônio público.

Depois do vendaval que foram os anos 60, os anos 70 deram início à égide da fragmentação: “desdobramentos da contracultura, movimento *underground*, *punk*, misticismo oriental, vida em comunidades religiosas ou naturalistas, valorização do individualismo, expansão do uso das drogas” (Habert, 1992, p.74). Percebe-se um painel de diferentes acontecimentos, de diversos cortes, marcados pelos golpes e pelas revoluções, resultado dos investimentos dos países imperialistas, que procuram reagir à onda de contestação e às lutas revolucionárias da década de 60, cuja consequência é a implantação das ditaduras militares na América Latina, a ampliação da intervenção na Indochina, o reforço aos governos colonialistas e de

apartheid na África e a sustentação da política israelense no Oriente Médio.

A preocupação em aumentar os níveis de produção ou de como gerar inversão de capital desloca-se para a necessidade de confrontar as bases dos mecanismos de dominação, através do desenvolvimento de uma consciência popular. Sendo assim, o desenvolvimento passa a ser compreendido como um processo global de organização de setores populares que se tornaram capazes de enfrentar o Estado e as coalizões dominantes, implicando uma transformação radical da sociedade. Para tanto, era necessário um movimento social organizado que fosse capaz de assumir o controle sobre os processos produtivos da sociedade, o que implicaria uma consciência social crescente. Para alcançar um nível desejável de consciência social, os autores apontam como ferramentas a educação popular, cujo suporte fundamental é a proposta educativa de Paulo Freire, e a investigação participativa, como alternativa para oferecer uma nova explicação da realidade. Vários autores vão se dedicar aos estudos da pesquisa participante e da pesquisa/ação, especialmente nos países de Terceiro Mundo, assumindo o compromisso do cientista social com os diversos grupos populares. (Borda, 1972, Brandão, 1982, Thiollent, 1981, Silva, 1986, 1986, Schutter, 1980, etc.). Os trabalhos produzidos na Escola de Frankfurt (Horkheimer, Marcuse, Habermas), do ponto de vista filosófico, vão retomar o conceito de práxis *“permitindo acelerar os aspectos de vinculação entre teoria e prática, o que representa uma crítica frontal ao positivismo e, conseqüentemente, abre perspectivas para a investigação-ação radical”* (Silva, 1986, p. 31).

Ainda nos anos 70, Paulo Freire era Consultor para Educação do Conselho Ecumênico das Igrejas, em Genebra, e Hugues de Varine

estava organizando uma ONG internacional denominada Instituto Ecumênico para o Desenvolvimento dos Povos, que segundo declaração do próprio Varine (1995, p.17), Paulo Freire havia sido convidado para presidí-la. Também é feito a Paulo Freire convite para presidir a Mesa-redonda de Santiago do Chile.

Nos últimos vinte anos o mundo passou por transformações radicais como a revolução das comunicações, os aumentos das produtividades industrial e agrícola, bem como da urbanização, além do surgimento de novos centros de poder econômico e político. Comentando sobre o desenvolvimento, no Mundo Contemporâneo, Tenório (1997, p. 11) registra que esse mesmo desenvolvimento produziu o aumento da pobreza, da violência, de doenças e da poluição ambiental, além de conflitos religiosos, étnicos, sociais e políticos e que em um espaço de tempo muito curto o mundo se viu diante de problemas globais, cujas soluções dependem da capacidade de articulação de um espectro mais amplo de agentes sociais. O autor destaca que *“a maior novidade na história recente é a crescente intervenção da sociedade civil, que, de forma organizada, tenta ocupar espaços e propor que os aspectos sociais do desenvolvimento passem ao primeiro plano”*.

Como registrei na introdução do presente trabalho, a prática da Nova Museologia não pode ser dissociada das experiências passadas. Nesse sentido, considero que as reflexões em torno do papel social dos museus, e, mais especificamente, do seu papel pedagógico e da sua relação com o público, foram acontecendo, em um processo gradual, provocadas pelas mudanças na sociedade como um todo, refletindo no interior das instituições, como a UNESCO, e o ICOM, como pode ser constatado nos documentos produzidos nos encontros de 1958, e 1971. O seminário regional da UNESCO realizado no Rio

de Janeiro, em 1958 é parte de um projeto que tinha como objetivo discutir, em várias regiões do mundo, a função que os museus deveriam cumprir como meio educativo.

Em 1971, é realizada a IX Conferência Geral do ICOM, em Paris e Grenoble, com o propósito de discutir o tema : “O Museu a Serviço do Homem, Atualidade e Futuro-o Papel Educativo e Cultural”. Analisando-se as conclusões elaboradas a partir das reflexões ali realizadas, pode-se identificar vários avanços em torno do papel que o museu deve desempenhar na sociedade, sobretudo se compararmos com a Conferência de 1958, realizada no Rio de Janeiro. Em relação aos aspectos pedagógicos, tema principal da Conferência do Rio de Janeiro, percebe-se, em Grenoble, uma preocupação em avaliar a qualidade dos serviços oferecidos, destacando-se que a crescente demanda, havia levado um grande número de alunos e professores aos museus, sem os recursos necessários ao bom atendimento, aumentado, consideravelmente o número de visitantes, o que tornava inviável a manutenção dos programas com a qualidade indispensável ao processo educacional. Outro aspecto que merece ser mencionado, ainda em relação às questões pedagógicas, é que há uma preocupação, já àquela época, em transformar a visita guiada em um momento de aprendizado, estimulando o aluno a comparar, estilos formas, a contextualizar, realizar conexões entre arte e ciência, velho e novo, entre uma civilização e outra, chamando-se a atenção para a necessidade de realização de exposições, com base na interdisciplinaridade.

Conforme pode ser constatado, nas conclusões da IX Conferência do ICOM, os anseios por mudança na instituição museu vieram das mudanças ocorridas na sociedade. “*Great changes in socite must lead to great changes in museums structure, it was said*”. Era necessário, pois redefinir a missão dos museus, seus métodos de

exibição das coleções e, talvez, quem sabe, buscar um novo modelo para a instituição. Aliás, naquele evento, é reconhecido um novo modelo de museu, denominado “*neighbourhood museum*” que tem como objetivo a construção e análise da história das comunidades, contribuindo para a identificação da sua identidade, colaborando para que os cidadãos se orgulhem da sua identidade cultural, utilizando as técnicas museológicas para solucionar problemas sociais e urbanos. O modelo proposto teve como referencial o trabalho desenvolvido pelo Museu de Anacostia, em Nova York, apresentado pelo seu diretor, Jonh Kinard.

Nos trabalhos ali apresentados chamam-se a atenção para o fato de que os museus deveriam deixar de atuar como coletores passivos para se tornarem participantes ativos. Nesse sentido, sugerem a realização de exposições que apresentem os problemas e as contradições da sociedade, destacando, também, as contribuições culturais das minorias. Enfatizam também a necessidade de interação do museu com o meio onde está inserido, destacando a realização de programas que abordam os problemas da vida cotidiana, buscando a realização de atividades conjuntas com sindicatos, cooperativas do meio rural, fábricas, etc. Merece destaque, nesse contexto de inquietações e busca de avanços, a participação de George Henri Rivère, que, segundo Almeida (1996, p. 112), no pós-Guerra, revolucionou o mundo da museologia ao defender que a população deveria se tornar parte integrante da instituição museu e da sua organização “*os consumidores/visitantes serão os próprios atores das atividades museológicas, sendo os grandes motores da mudança*”.

Estavam, assim, lançados os alicerces para que, em Santiago, em 1972, pudessem ser traçadas as diretrizes no sentido tornar os museus mais próximos dos novos anseios da sociedade, colocando em

evidência a prioridade da ação museal no campo da intervenção social, abrindo, também, espaço para se repensar a museologia, de forma global, situando-a entre as ciências sociais. No próximo item, retornaremos à Mesa-redonda de Santiago do Chile, analisando o seu documento básico, devido a sua importância, no sentido de delinear as bases conceituais e filosóficas do que se denominou, posteriormente, *Movimento da Nova Museologia*.

Vale a pena registrar que também em 1972 é realizada, em Estocolmo, a Conferência da UNESCO sobre Meio Ambiente Humano. Em trabalho apresentado por Berrueta (1996, p. 3), no Ateliê Internacional sobre a Nova Museologia, realizado no México, o autor chama a atenção para o fato de que desde os anos 70 o conceito de ecodesenvolvimento trazia elementos importantes para o atual conceito de desenvolvimento sustentável, apresentando-se, também, como uma alternativa para a ordem econômica internacional, priorizando modelos locais, baseados em tecnologias apropriadas, com destaque para as zonas rurais, procurando romper com as dependências técnica e cultural. Destaca ainda o referido autor que o tema da questão ambiental é introduzido, com muita força, desde o início dos anos 70, por meio de uma reflexão crítica, que condena os esquemas tradicionais do desenvolvimento econômico latino-americano, provocando a adoção de políticas ambientais nos planos de desenvolvimento de muitos países da América Latina. Considerarei por bem registrar as preocupações com o meio ambiente e com o desenvolvimento nesse período, pois, como será analisado no item posterior, essas também serão questões de base da Mesa-Redonda de Santiago.

Os anos 70 e 80 foram, então, marcadas por trabalhos museológicos inovadores, desenvolvidos em vários países, embora

ainda não houvesse um intercâmbio internacional entre os diversos projetos naquele período e o reconhecimento e o apoio necessários. Destacaram-se as atividades de George Henri Rivière e de Hugues de Varine, presidentes do Conselho Internacional de Museus, que estabeleciam relações entre agentes organizadores de diferentes projetos, em um mesmo país ou entre países diferentes.

Nesse novo contexto, não pode deixar de ser destacado o surgimento dos ecomuseus, que foram o produto da insatisfação dos profissionais da área de Museologia, em busca de transformações, tentando afirmá-lo, em realidades bastantes diversificadas, como instrumento necessário à sociedade: um patrimônio global. Bellaigue (s.l. 19...) destaca os aspectos abaixo relacionados como princípios básicos para constituição de um ecomuseu:

- identificar um território e seus habitantes; inventariar as possíveis necessidades e seus anseios;
- atuar, como os membros da comunidade, considerando-os donos reais do seu passado e atores do presente;
- aceitar que não é necessária a existência de uma coleção para que seja instalado o museu. Neste aspecto, a concepção da instituição será no sentido comunidade-museu e não objeto-museu, como antes se concebia.

A referida autora chama a atenção para o fato de que é necessária a definição coerente do território de modo a permitir a comunicação entre a população e o museu, para que o processo de inventário seja realizado envolvendo todo o patrimônio cultural e natural, e que a gestão administrativa e as ações culturais e educativas sejam levadas a cabo através da participação dos técnicos e dos diversos grupos comunitários.

Os contextos, dos anos de 60 e 70 propiciaram, portanto, uma avaliação das instituições, provocada pelo movimento social, atingindo organismos como a UNESCO e o ICOM, conforme pudemos registrar, anteriormente. Entretanto, nem sempre as diretrizes e metas registradas nos documentos oficiais se transformam em ações concretas. O que se observa é que, no início dos anos 80, apesar da existência de um bom número de ecomuseus, museus comunitários, museus locais e museus ao ar livre, os profissionais que desenvolviam ações museológicas comprometidas com o desenvolvimento social e com a participação encontram resistências no sentido de que seus projetos fossem reconhecidos no universo museológico. A fala do Prof. Mário Moutinho (1995, p. 26) demonstra as dificuldades sentidas nesse sentido, bem como o descompasso entre o discurso e a prática, dos organismos oficiais:

desiludidos com a atitude segregadora do ICOM e em particular do ICOFOM, claramente manifestada na reunião de Londres, de 1983, rejeitando liminarmente a própria existência de práticas museológicas não conformes ao quadro estrito da museologia instituída, um grupo de museólogos propôs-se a reunir, de forma autônoma, representantes de práticas museológicas então em curso, para avaliar, conscientizar e dar forma a uma organização alternativa para uma museologia que se apresentava igualmente como uma museologia alternativa.

As ações concretas já realizadas, em diferentes países, motivaram os profissionais envolvidos para a busca de intercâmbio, com o objetivo de discutir as experiências de Ecomuseologia, da Nova

Museologia, buscando as suas relações com a Museologia instituída. Por iniciativa de Pierre Maryand e René Rivard, ambos participantes do grupo de ecomuseus de Quebec, em 1984, foi ali realizado o primeiro seminário internacional, destinado a discutir ecomuseus e Nova Museologia. O referido seminário tinha como objetivo:

- criar condições de intercâmbio para discutir assuntos relacionados à Nova Museologia e à Ecomuseologia, em geral;
- definir as suas relações com a Museologia, em geral;
- aprofundar os conceitos e encorajar as práticas relacionadas com a Ecomuseologia e com a Nova Museologia.

Moutinho (1995, p. 28), comentando sobre o importante a realçar na declaração de Quebec, registra que:

*“não é de certa forma qualquer novidade conceitual no texto em si, pois desse ponto de vista retoma, com as devidas atualizações o essencial de Santiago, mas sim o fato de ter confrontado a comunidade museal com uma realidade museológica profundamente alterada desde 1972, por práticas que revelam uma **museologia ativa**, aberta ao diálogo e dotada agora de uma forte estrutura internacional.”* (Os grifos são meus).

Em Quebec, foi criado um grupo de trabalho provisório com o objetivo de discutir a organização das estruturas propostas no ateliê, como a criação de um Comitê Internacional/ Ecomuseus/ Museus Comunitários, e uma Federação Internacional da Nova Museologia, que poderia ser filiada ao ICOM. Várias reuniões foram realizadas em

Lisboa e Paris, onde, gradualmente, foram sendo estruturadas as organizações propostas. O Comitê Internacional Ecomuseus/ Museus/ Comunitários, que deveria ter sido criado no quadro do ICOM, nunca o chegou a ser, mas a Federação Internacional de Nova Museologia foi efetivamente instituída, com o nome de Movimento Internacional para a Nova Museologia/MINOM, o qual foi, posteriormente, reconhecido pelo ICOM como uma organização afiliada.

3-APROXIMAÇÃO COM A REALIDADE BRASILEIRA

A América Latina vive, nos anos 70, “uma história de exílios e exilados”. Os Estados Unidos, principal potência imperialista mundial, protagonizam a instalação de ditaduras militares em vários países do continente, como Chile, Argentina, Uruguai, Peru e Bolívia. O golpe de Pinochet, um ano após a realização da Mesa-redonda de Santiago, talvez tenha sido um dos exemplos mais duros. No Brasil, convivemos com contestação, repressão, tortura, censura e terrorismo oficial. Sob o regime da ditadura militar, acelerou-se o desenvolvimento capitalista e consolidou-se a integração do Brasil ao sistema capitalista monopolista internacional, como país associado periférico.

A população de 99.901.037 habitantes começa a ser predominantemente urbana — 52 milhões na cidade e quarenta milhões no campo. Metade da população ativa ganha menos que um salário mínimo e 17,9 milhões são analfabetos maiores de dez anos. Em 1960, os 5% de brasileiros mais ricos absorviam 27,3% da renda nacional. Em 1970, passam a absorver 36,3%. Os mais pobres vêem reduzida sua participação na renda de 27,8% para 13,1%. É o milagre.

(Ribeiro, 1985).

Precisamente em 1972, ano da Mesa-redonda de Santiago, a despeito dos dados apresentados acima, comemorávamos o sesquicentenário da Independência, entronizando os ossos de Pedro I no Monumento do Ipiranga, depois de terem sido conduzidos pelas principais capitais do País, comemorávamos a vitória de Fittipaldi como campeão de Fórmula I e assistíamos à TV colorida, ingressa no País naquele ano.

No contexto de expansão do “parque industrial da cultura”, em que o rendimento de uma política cultural se mede pelo aumento do índice de consumo e não pelo volume de iniciativas, era necessário reestruturar os museus para atender aos novos objetivos, dotando-os das condições necessárias para que viessem a ser visitados pelo maior número possível de pessoas, retirando-os do ostracismo. Os museus estão presentes no processo de controle por meio de comissões, conselhos, etc. Uma política museológica para o País é tentada, a partir de 1975, com a reunião dos dirigentes de museus, realizada em Recife, e nas reuniões de secretários de Educação e Cultura dos estados e dos Conselhos Federal e Estadual de Cultura, realizados em Brasília e em Salvador, em 1976. Os anos de 64 a 80 foram pródigos em instalação de museus no Brasil. Foi a grande fase dos memoriais, do culto ao herói. Busca-se, através das atividades de preservação, autenticar a nação, enquanto uma realidade nacional. As instituições são “cristalizadas, percebidas como independentes dos indivíduos que as concebem.”

Nesse contexto, era natural que o documento de Santiago e as iniciativas do Movimento da Nova Museologia permanecessem desconhecidos ou nas gavetas dos gabinetes. Mais uma vez, por iniciativa individual, os técnicos, talvez movidos pelas mesmas razões de tantos colegas na França, no Canadá, em Lisboa, no México, etc,

começam a trilhar novos caminhos, quebrando barreiras institucionais e filosóficas, na busca desse processo museológico transformador, delineado em Santiago, e do qual sequer tínhamos conhecimento. No Curso de Museologia da UFBA, somente dez anos depois, ou seja, nos anos 80, é que tivemos acesso ao documento da mesa-redonda do Chile. O encontro com o documento de Santiago é, de certa forma, sobretudo nos meios acadêmicos, a legitimação da nossa ação. A concretização dessa ações é o atestado de que, na área da “política oficial de cultura”, há espaços para produção e reprodução. Compreende-se, entretanto, que as dificuldades geradas pelos sistemas autoritários e paternalistas, implantados na América Latina, dificultam e podam a iniciativa comunitária.

Na atualidade, acho que, mesmo nos museus ditos oficiais, as discussões começam a ser embasadas pelos princípios da participação, da relação passado-presente, e pelo engajamento nos problemas da sociedade, não por iniciativa da política oficial, mas pela atuação de técnicos que procuram estar atualizados com a evolução do processo museológico e que, mesmo modestamente, têm provocado estas reflexões no interior desses museus, que não são, em sua concepção, o museu gestado em Santiago, e nem poderiam ser, mas que hoje estão sendo influenciados pelas diretrizes ali delineadas, o que, talvez, nos leve a inferir que a questão da inserção dos museus na sociedade não é de categoria ou tipo de coleção, mas de concepção e dos objetivos que são estabelecidos para esses órgãos. A aplicação destes objetivos nas instituições museológicas, na verdade, deixa transparecer o conceito que os responsáveis técnico-administrativos têm de museologia e de museu. Embora reconheçamos também que, para muitos de nós, os caminhos apontados pelo Movimento da Nova Museologia sequer começaram a ser trilhados; às vezes, por absoluta

falta de conhecimento das ricas experiências construídas nesse processo.

Particularmente, estive envolvida, nos últimos anos, em um projeto de construção conjunta de um museu didático-comunitário, situado no Colégio Estadual Governador Lomanto Júnior, envolvendo professores, alunos, funcionários e membros da comunidade do Bairro de Itapuã, em Salvador-BA, que tem sido um processo de participação, ou seja, de conquista dos diversos segmentos envolvidos, buscando construir, com qualidade formal e qualidade política, uma ação museológica comprometida com o exercício da cidadania e com o desenvolvimento social. Temos consciência que alguns princípios ali adotados foram embasados no conhecimento historicamente construído, no campo da museologia, e, portanto, considerando as práticas da Nova Museologia. O constante processo de ação e reflexão realizado, ao longo do caminhar, tem nos permitido avançar bastante em relação à organização e gestão de museus, e em relação à construção do conhecimento, nas áreas da museologia e da educação.

4- PRINCÍPIOS BÁSICOS E CARACTERIZAÇÃO

Neste item, pontuarei os princípios básicos norteadores das ações do Movimento denominado de Nova Museologia, com destaque para a Mesa-Redonda de Santiago, por ser considerada, pelos próprios participantes do movimento, como o referencial básico, analisando, também, os registros de alguns profissionais que tiveram uma participação ativa, em diferentes contextos. A partir da análise efetuada, buscarei, também, identificar algumas expressões-chave, buscando uma melhor compreensão do processo-Nova Museologia.

Compreender Santiago, é olhar, também, para os seus bastidores, ou seja, para a sua preparação. Nesse sentido, me foram de

extrema utilidade os depoimentos do Prof. Hugues de Varine, quando da sua participação no Encontro sobre a “Museologia Brasileira e o ICOM: convergências e desencontros?”, realizado em São Paulo, em 1995, quando se discutiram os documentos básicos da Museologia Contemporânea, permitindo fazer mais uma leitura, no sentido de melhor compreender os objetivos daquele evento:

As lições dos bastidores

- A escolha dos expositores, todos latino-americanos, cada um comprometido com a sua realidade, demonstra, por parte dos organizadores, uma abertura, no sentido de ouvir, de deixar aflorar as necessidades concretas daqueles que deveriam tomar para si a responsabilidade de atuar, refletir e transformar as suas múltiplas realidades.
- A escolha dos temas, abordando “questões-chave ”do desenvolvimento: **educação, meio ambiente e urbanismo**. No nosso entender, uma das maiores lições de Santiago. Enfim, conseguíamos enxergar além dos museus, para compreender, modificar as ações no seu interior e definir um novo conceito de museu, “levando em consideração a totalidade dos problemas da sociedade”.
- convite ao Prof. Paulo Freire, um dos maiores pedagogos dos nossos tempos, expulso do nosso país naquela época, demonstra a coragem dos organizadores do evento, como também, em propor um encontro daquele teor em um país da América Latina, quando os países imperialistas procuravam reagir à onda de contestação e lutas revolucionárias dos anos 60, investindo na implantação de ditaduras militares em nosso continente. Com a ausência do prof.

Paulo Freire, perderam os participantes, perdeu a museologia, que, com certeza, seria enriquecida com as suas reflexões. Entretanto, ressalto que, apesar da sua ausência, os temas mais marcantes da sua obra, ou seja: **a conscientização e a mudança**, que levam o educador e todo profissional a se engajar social e politicamente, comprometido com um projeto de sociedade diferente, estiveram e ainda estão presentes, ou melhor, são o cerne das proposições de Santiago.

Em Santiago, é dado o pontapé inicial para uma ação museológica que considera o sistema lingüístico empregado pelas comunidades, reconhece que o ser humano move-se em um mundo essencialmente simbólico e compreende, também, que o cotidiano não é apenas um resíduo. A vida cotidiana passa a ser considerada entre as múltiplas realidades, como “a realidade por excelência”, que não se esgota na presença imediata, mas abarca fenômenos que não estão presentes “*aqui e agora*”, o que significa que a experimentamos em diferentes graus de aproximação e distância, espacial e temporal. A cultura e a identidade serão consideradas, pois, fenômenos construídos e reconstruídos em processos de interação, em “um jogo diferenciador”, construtivo, dinâmico, concretizado na dinâmica do dia-a-dia. O conhecimento da nossa cultura passa, portanto, inevitavelmente, pelo conhecimento de outras; a nossa cultura será uma cultura possível, dentre tantas outras.

Na noção de museu integral, inicialmente delineada em Santiago, além da concepção de museu, que leva em consideração a totalidade dos problemas da sociedade, acreditamos, também, que ali é dado um outro enfoque aos problemas da relação do homem com a natureza, abrindo espaço para uma sociologia da natureza e para uma biologia que não concebe mais a vida como “uma qualidade restrita

aos organismos” e não se encerra mais nos processos físico-químicos, mas abre-se aos fenômenos sociais. O organismo é então contextualizado em seu meio, sendo que a própria idéia de “meio” também se transformou: “é um sistema global de interferências biopsicossociais”. É ecológico e etológico”.

Nos anos 70, como já foi registrado anteriormente, começamos a “conceder uma importância concreta ao fato de o homem ser, ao mesmo tempo, o produto e o criador de sua sociedade e de sua cultura” (Bordenave, 1988,p.7). Portanto, começa-se a delinear, em Santiago, talvez de forma não intencional, o que, no nosso entender, é o marco mais significativo da evolução do processo museológico na contemporaneidade: **a passagem do sujeito passivo e contemplativo para o sujeito que age e transforma a realidade**. Nessa perspectiva, o preservar é substituído pelo apropriar-se e reapropriar-se do patrimônio cultural, buscando a construção de uma nova prática social.

Comentando sobre o essencial, o mais inovador, de Santiago, Hugues de Varine, (1995, p. 18) destaca duas noções básicas:

- a de museu integral, que leva em consideração a totalidade dos problemas da sociedade;
- a de museu, enquanto ação, enquanto instrumento dinâmico de mudança social.

Além disso, chama a atenção para o fato de que *“esquecia-se assim, aquilo que havia se constituído, durante mais de dois séculos, na mais clara vocação do museu: a missão de coleta e conservação. Chegou-se, em oposição, a um conceito de patrimônio global a ser gerenciado no interesse do homem e de todos os homens.”*

Ao analisarmos o papel ativo do sujeito na construção do processo museológico, não poderíamos deixar de ressaltar, como afirma Kosik (1976, p.22), que:

“... a dialética da atividade e da passividade do conhecimento humano manifesta-se sobretudo no fato de que o homem, para conhecer as coisas em si, deve primeiro transformá-las em coisas para si; para conhecer as coisas como são independentemente de si, tem primeiro de submetê-las à própria práxis; para poder constatar como são elas quando não estão em contato consigo, tem primeiro de entrar em contato com elas. O conhecimento não é contemplação. A contemplação do mundo se baseia nos resultados da práxis humana. O homem só conhece a realidade na medida em que ele cria a realidade humana e se comporta antes de tudo como ser prático.”

A atuação do sujeito, submetido aos diversos condicionamentos, sobretudo às determinações sociais, introduzindo no conhecimento uma visão da realidade socialmente transmitida, tem sido, portanto, um dado marcante no processo de construção do conhecimento museológico, no mundo contemporâneo, principalmente a partir de 1972, após a realização da Mesa-Redonda de Santiago do Chile e do I Seminário Internacional, para discutir o Ecomuseu e a Nova Museologia.

As propostas do seminário de Quebec tiveram como base o extrato da declaração de Santiago, a seguir:

“Que o Museu é uma instituição a serviço da sociedade na qual é parte integrante e que possui em si próprio os elementos que lhe permitem participar na formação das consciências das comunidades a que serve”. (UNESCO, 1992)

Como resultado do Seminário de Quebec, os participantes firmaram os seguintes pontos:

- Museologia atua com vistas a uma evolução democrática das sociedades;
- A intervenção dos museus no quadro dessa evolução passa: por um reconhecimento e uma valorização das identidades e das culturas de todos os grupos humanos inseridos no seu meio ambiente, no quadro da realidade global do mundo; **por uma participação ativa desses grupos no trabalho museológico;** (o grifo é meu)
- Existe um movimento, caracterizado por práticas comuns, que pode assumir formas diversas, em função dos países e dos contextos, que deverão conduzir surgimento de um novo tipo de museu correspondente a estas novas perspectivas;
- Nestas condições, a interdisciplinaridade e a função social conduzem a uma mudança do papel e da função do museólogo, o que implica uma formação nesse sentido.

Comentando sobre os princípios básicos da “Nova Museologia”, Moutinho (1989, p.31) recomenda que ela deve ser considerada, pelas pessoas integradas nesse processo, como meio

(agente, instrumento), a par de outros, de desenvolvimento integral das populações e com as populações. Considera que o que há de novo nas práticas da “Nova Museologia” é a demonstração da capacidade (e a prática disso) das populações se auto-organizarem para gerir o seu tempo e o seu futuro. Destaca o referido autor que:

a concepção, o desenrolar e a avaliação dos projetos da Nova Museologia dependem sempre de uma percepção correta das condições históricas e ambientais locais, em que a intervenção se realiza.

Considerando os aspectos acima mencionados, a Museologia, concebida nessa nova perspectiva, tem um papel fundamental no resgate do “mundo vivido”, descrito por Habermas (citado por Freitag, 1990, p.2) e caracterizado como:

... a maneira como os atores percebem e vivenciam sua realidade social. Compõe-se da experiência comum a todos os atores, da língua, das tradições e da cultura partilhada por eles. Ela representa aquela vida social, cotidiana, na qual se reflete “o óbvio”, aquilo que sempre foi, o inquestionado.

A proposta básica da “Nova Museologia” está pautada no diálogo, no argumento em contextos interativos, sendo, portanto, o “mundo vivido” o espaço social onde será realizada a razão comunicativa. De certa forma, a proposta da “Nova Museologia” sugere uma “libertação” da razão instrumental a que os museus estavam e, ainda, continuam submetidos, atrelados ao Estado racional legal, calcado em um sistema jurídico e em uma burocracia efetiva, etc., o que pode ser evidenciado, através da política de preservação

paternalista, imposta pelos governos, onde a decisão do que deve ser preservado, a coleta e a guarda das coleções estão sempre nas mãos dos mais poderosos.

Os princípios básicos que norteiam as ações da “Nova Museologia” podem, então, ser resumidos nos seguintes pontos:

- reconhecimento das identidades e das culturas de todos os grupos humanos;
- utilização da memória coletiva como um referencial básico para o entendimento e a transformação da realidade;
- incentivo à apropriação e reapropriação do patrimônio, para que a identidade seja vivida, na pluralidade e na ruptura;
- desenvolvimento de ações museológicas, considerando como ponto de partida a prática social e não as coleções;
- socialização da função de preservação;
- Interpretação da relação entre o homem e o seu meio ambiente e da influência da herança cultural e natural na identidade dos indivíduos e dos grupos sociais;
- ação comunicativa dos técnicos e dos grupos comunitários, objetivando o entendimento, a transformação e o desenvolvimento social.

Pode-se, então, identificar, a partir das reflexões acima realizadas, algumas expressões-chave :

Patrimônio Global – o homem - o meio ambiente - o saber e o artefato. Ou seja, o real, na sua totalidade: cultural, natural, material e imaterial, em suas dimensões de tempo e espaço. Um patrimônio criado, importado ou transmitido. O patrimônio integral.

Museu Integral – o museu que tem a ênfase no homem - sujeito do ato de conhecer e de transformar o conhecimento e o mundo - na sua relação com o meio, que aborda a totalidade dos problemas da sociedade, tendo como elementos básicos:

um território - limites geográficos e afinidades culturais, um testemunho presente, com todas as suas belezas e contradições, produto do tempo e do espaço territorial. Um patrimônio global e coletivo.

um patrimônio - o patrimônio global;

e uma população- habitantes de um território que são responsáveis pela organização e gestão do museu e pela preservação e uso do patrimônio, conscientes das suas afinidades e diferenças, bem como das relações de conflito com o seu meio ambiente;

Museologia Ativa - experiências com base nos referenciais da Nova Museologia: ecomuseus, museus comunitários, museus de vizinhança, etc.

Desenvolvimento Comunitário – processo educacional, no sentido de liberar o homem para que seja sujeito da sua própria história. Estou me apropriando do conceito de desenvolvimento comunitário emitido por Hugues de Varine (1987, p.29), qual seja: “O conjunto de conceitos, atos, esforços, visando favorecer o avanço social, cultural, econômico e, em geral, humano, de uma certa

comunidade, por iniciativa de seus membros tratados, às vezes, individualmente, às vezes coletivamente.” O autor destaca os seguintes conceitos, nos quais o desenvolvimento comunitário se apoia:

desenvolvimento - compreendido como o senso global e não somente no aspecto econômico do termo. A conjugação do homem e da sociedade, harmoniosa e harmonizada a partir de uma adesão contínua e de uma constante inovação espiritual e tecnológica;

quadro comunitário natural, englobando sucessivamente a família, o meio profissional, o bairro ou a aldeia, a cidade, o país, a região;

um **desenvolvimento pesquisado**, à escala dessas comunidades sucessivas e simultâneas. Foi desejado, concebido, realizado e criticado, individualmente, e coletivamente por essas comunidades e por seus membros.

Enfim, a Nova Museologia pode ser então caracterizada como um movimento, organizado a partir da iniciativa de um grupo de profissionais, em diferentes países, aproveitando as brechas, ou sejam, as “*fissuras*”, dentro do sistema de políticas culturais instituídas, organizando museus, de forma criativa, interagindo com os grupos sociais, aplicando as ações de pesquisa, preservação e comunicação, com a participação dos membros de uma comunidade, de acordo com as características dos diferentes contextos, tendo como objetivo principal utilizar o patrimônio cultural, como um instrumento para o exercício da cidadania e para o desenvolvimento social.

5 – PROCESSO METODOLÓGICO

Acho que é mesmo impossível definir uma única metodologia para a ação museológica embasada nos princípios da Nova Museologia, pois os valores vigentes, em cada sociedade e em cada setor de atuação, podem alterar as propostas metodológicas. Sendo assim, pode existir uma grande diversidade de processos entre os pequenos museus comunitários, entre os ecomuseus, entre os museus didático-comunitários, entre os museus de vizinhança, etc. A partir dos referenciais básicos, apresentados no item anterior, abordarei as questões metodológicas gerais, considerando que, na diversidade, há pontos comuns, e que os métodos e as técnicas aplicados, dentro de uma certa coerência, devem facilitar a consecução dos objetivos propostos, ou seja, devem ser coerentes com os princípios adotados.

Percebe-se pois que os processos aplicados aos projetos embasados nos princípios da Nova Museologia são apoiados nas propostas de *educação transformadora* e de pesquisa/ação, ou da ação/pesquisa, como define Hugues de Varine (1987, p. 101) :

é na ação que uma comunidade se forja e se faz reconhecer como força política e entidade social de forma total. É na ação que ela adquire suas características próprias, que ela existe. Ela é porque ela age, e cada um dos seus membros, participando de uma tal ação, fará a prova e tomará consciência de sua capacidade autônoma de pensar e de ser. Assim, apoiando-se uma sobre a outra, comunidade e indivíduo afinarão progressivamente sua experiência, seu conhecimento dos obstáculos e dos meios, a expressão dos objetivos e dos métodos.

Os objetivos da ação-transformação da pesquisa-ação podem ser identificados nos trabalhos de marxistas como Engles, Rosa de Luxemburgo, Kausty e nas obras de Marx, que os bocheviques e Gramisc fazem avançar neste século. Também, pode-se considerar que a maneira “*peculiar adotada pela investigação-ação de conceber a ciência e o mundo reincorpora a tradição filosófica através dos escritos de pensadores como Gentile, Luckás e a tradição sociológica nas obras de See, Hilferding, Velen, Mills e outros.*” Silva (1986 p.30). A autora destaca, também, que as obras de Freud e Piaget enriqueceram as reflexões em torno da relação entre a teoria e a prática.

Michel Thiolent (1986, p.14), define a pesquisa-ação como um tipo de pesquisa social de base empírica, que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou solução de um problema coletivo, no qual, os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. Brandão, (1982, p.27) comenta que em vez de se preocupar somente com a explicação dos fenômenos sociais depois que eles aconteceram, o objetivo da pesquisa-ação é de favorecer a aquisição de um conhecimento e de uma consciência crítica do processo de transformação pelo qual o grupo que está vivenciando, para que desempenhe de forma cada vez mais lúcida e autônoma seu papel de protagonista e ator social. Resumindo os principais da pesquisa-ação, Thiolent (1986,p.16) apresenta os seguintes aspectos:

- há uma explícita interação entre pesquisadores e as pessoas implicadas na situação investigada;
- dessa interação resulta a ordem de prioridade dos problemas a serem pesquisados e das soluções a serem encaminhadas sob forma de ação concreta;

- objeto da investigação não é constituído pelas pessoas e sim pela situação social e pelos problemas de diferentes naturezas encontrados na situação investigada;
- objetivo da pesquisa-ação consiste em resolver ou, pelo menos, em esclarecer os problemas da situação observada;
- há, durante o processo, um acompanhamento das decisões e das ações e de toda a atividade intencional dos atores da situação;
- a pesquisa não se limita a uma forma de ação (risco de ativismo); pretende-se aumentar o conhecimento dos pesquisadores e o conhecimento ou o nível de consciência das pessoas e grupos considerados.

As concepções de museu integral e de desenvolvimento comunitário, analisados no item anterior, estão pautados em uma perspectiva pedagógica que busca a produção do conhecimento, com o objetivo de aumentar a consciência e a capacidade de iniciativa dos grupos, visando à transformação. Como na proposta de educação transformadora, o **museu integral** é constituído a partir do estudo da realidade vivida pelo grupo e da percepção que o grupo tem dessa mesma realidade. Percepção esta refletida nas exposições temáticas, que abordam os problemas e são o resultado de um processo de reflexão e construção conjunta do grupo, ou seja, técnicos e membros da comunidade, ambos se enriquecendo, mutuamente. A declaração de Oaxtepec (1984) registra que “a participação comunitária evita as dificuldades de comunicação características do monólogo museográfico, empreendido pelo especialista”. Almeida (1996, p.112), comenta que o museu, nessa perspectiva, é considerado um meio e

não um fim, destacando que existe uma interação entre ele e o mundo em transformação. É um instrumento cultural a serviço da população. Salienta que os membros da comunidade são os principais responsáveis pela organização e gestão do museu, e que esse processo reflete a identidade da comunidade. Chama a atenção para o fato de que, em conseqüência, não existem dois museus locais iguais, visto serem fruto de “gentes diferentes”. Destaca que, em vez dos objetos, é o homem criador/guardador/destruidor de objetos o elemento central da museologia.

Comentando sobre a importância da utilização da pesquisa-participante pelos museus comunitários, Gonzalez (s.l. 19...)destaca:

Poderíamos assegurar que somente uma concepção que considera o museu como um instrumento cultural dinâmico de educação popular que é criado pela comunidade e para a comunidade, poderia assumir a importância e o valor que constitui a investigação participativa como uma orientação metodológica, que vê na apropriação coletiva do saber, na produção coletiva de conhecimentos, a possibilidade de tornar efetivo o direito que os diversos grupos sociais têm para realizar a preservação autogestiva de sua história e de sua cultura.

Compreende-se, portanto, que dois conceitos básicos e complementares estão aqui envolvidos: a **participação** e a **autogestão**, sem as quais é impossível desempenhar as ações museológicas propostas pelo Movimento da Nova Museologia. Mendonça (1987, p. 22) conceitua a participação como a variável que define e indica o que e como alguém faz algo, em uma organização. Afirma que participação envolve uma gama de indagações

teleológicas como: distribuição de poder, autoridade, propriedade, trabalho, mecanismo de coordenação e integração e processo de tomada de decisão. Destaca que a autogestão é considerada como o meio mais aperfeiçoado de participação.

Comentando sobre a participação, Demo (1994, p.44) a define como a conquista humana principal, tanto no sentido de ser mais do que nunca uma conquista- dada a dificuldade de a realizar de modo desejável-quanto no sentido de ser a mais humana imaginável - porque é a forma de realização humana. Salienta ainda que:

É a melhor obra de arte do homem em sua história, porque a história que vale a pena é aquela participativa, ou seja, com o teor menor possível de desigualdade, de exploração ,de mercantilização, de opressão. No cerne dos desejos do homem está a participação, que sedimenta metas eternas de autogestão, de democracia, de liberdade, de convivência.

*Pode-se identificar a **homogeneidade**, a **coerência**, a **auto-organização** e a **continuidade** nas organizações autogovernadas. São expressas através da realização dos objetivos, da deliberação sobre os meios de alcançar as metas, execução das políticas e da divisão dos benefícios da vida da organização. São identificadas as seguintes políticas em organizações de autogestão:*

- a tomada de decisão é o resultado da autoridade delegada de baixo para cima;
- a comunicação é a característica mais importante, porque o direito de tomar decisões é uma mera formalidade sem a informação adequada e atualizada;

- sob a autogestão não há propriedade privada baseada na exploração do trabalho dos outros;
- a meta é desenvolver os talentos dos trabalhadores a fim de desenvolver todo o sistema;
- o líder é o delegado eleito do grupo, por consideração. O líder funciona como a expressão viva das necessidades técnicas e políticas do grupo.

A avaliação é um processo contínuo, que acompanha todas as etapas dos projetos a serem desenvolvidos: diagnóstico, planejamento e operacionalização. Gonzalez (1990) comentando sobre o processo de avaliação nos museus comunitários, destaca que deve ser compreendida sob os seguintes aspectos:

Permanente e sistêmica, já que é uma atividade constante, embora existam momentos especiais em que é necessário intensificá-la;

Grupal e participativa, porque a avaliação não pode ser responsabilidade individual, pois requer a opinião e as propostas do grupo de trabalho, em conjunto.

Educativa, porque é conhecimento, crítica e autocrítica e porque gera reflexão e compreensão da realidade comunitária.

Comentando sobre a abertura dos museus, para o meio onde está inserido, buscando a interação com as populações, Rivard (1984, p.9) salienta que este novo olhar sobre a natureza e sobre o universo é produto de um conjunto de métodos e de técnicas tomadas de empréstimo a disciplinas bem diferentes. Vários métodos e técnicas encontram-se, interpõem-se e se complementam buscando uma compreensão mais global dos fenômenos, não somente na sua respectiva dinâmica, mas também na dinâmica que os ligam e os

mantêm. O autor enfatiza que a pluridisciplinaridade se escreve ainda, e sempre, na via dos métodos sistêmicos e não no método sistêmico, chamando a atenção para o fato de que essa abordagem transdisciplinar não deve ser considerada uma teoria ou uma disciplina, mas uma nova metodologia, que permite reunir e organizar os conhecimentos, objetivando a eficácia da ação.

Como foi registrado no início deste item, não é possível propor um modelo para a diversidade de projetos e de possibilidades de se trabalhar com o patrimônio cultural, visando ao desenvolvimento social. Buscou-se identificar algumas políticas e princípios, sem a preocupação de apresentar uma relação ordenada de passos a serem seguidos. Os caminhos, por certo, são os mais variados, conforme afirma Hugues de Varine (1995,p) *“não há jamais duas situações e duas populações parecidas: não poderá também haver duas soluções idênticas e se, por acaso, dois projetos se parecem, é certo que os caminhos que os conduziram não foram o mesmo”*.

6- CONTRIBUIÇÕES AO PROCESSO MUSEOLÓGICO

É possível, com base na reflexão realizada até o presente momento, apontar algumas contribuições que o Movimento da Nova Museologia tem trazido ao processo Museológico. Esclareço que estou considerando o processo museológico, na relação teoria-prática: museologia/museografia. A análise que será realizada, neste item, também está embasada nas reflexões realizadas no contexto de construção e reconstrução do Museu Didático-Comunitário de Itapuã, projeto no qual estive envolvida, e já citado anteriormente.

Admitindo que o patrimônio cultural é o referencial básico para o desenvolvimento das ações museológicas, considero que os

processos museais de *museologia ativa* gestados, ao longo dos anos, contribuíram, de modo efetivo, para a ampliação do conceito de patrimônio, na medida em que o conceitua como a relação do homem com o meio, ou seja, o real, na sua totalidade: material, imaterial, natural e cultural, em suas dimensões de tempo e espaço. Consequentemente, os bens culturais a serem musealizados também foram ampliados. Nesse sentido, as ações museológicas não serão processadas somente a partir dos objetos, das coleções, mas tendo como referencial o patrimônio global, tornando assim necessária uma ampla revisão dos métodos a serem aplicados nas ações de pesquisa, preservação e comunicação, nos diferentes contextos.

Por outro lado, a ampliação do conceito de patrimônio está relacionada à criação de novas categorias de museus, como ecomuseus, museu comunitário, museu de vinzinhança, etc., que não estão fechados nas paredes de um edifícios, mas realizam as ações museológicas em um território, com uma população. Essas novas categorias de museus, abertas a uma população e a um território, irão contribuir, também, para que as ações museológicas possam ser processadas fora do espaço restrito do museu, abrindo assim, amplas possibilidades para a realização de novos processos de musealização . Do ponto de vista metodológico, foi um vetor a incentivar a busca de soluções criativas. A seguir, realizo uma análise das contribuições dos novos processos para as ações museológicas de pesquisa, preservação e comunicação:

A pesquisa:

Construção do conhecimento, tomando como referencial o cotidiano, qualificado como patrimônio cultural. Este conhecimento é construído na ação museal e para a ação museal, em interação com os diversos grupos envolvidos, objetivando a construção de uma nova

prática social. Não se trata, da pesquisa que se esgota na mera descrição e análise dos objetos. A pesquisa alimenta todas as ações museológicas, em processo.

Preservação:

Consideram-se as seguintes etapas:

coleta- o acervo é o conjunto dos bens dinâmicos, em transformação em uma comunidade, e não somente uma coleção. Esse acervo é propriedade privada ou coletiva dos indivíduos, não é adquirida nem pertence ao museu. Trabalha-se com o acervo institucional, ou seja: material arquivístico e iconográficos, plantas maquetes, depoimentos e testemunhos, etc., e com o acervo operacional: as áreas do tecido urbano socialmente apropriadas como paisagens, estruturas, monumentos, equipamentos, as técnicas do saber e do saber fazer, com os artefatos, com o meio rural, etc.

classificação e registro – o processo documental não se limita ao registro do acervo. Busca-se , através da cultura qualificada, produzir conhecimento, elaborado no processo educativo, por meio das ações de pesquisa. Há uma documentação dos dados coletados, que são sistematizados, de acordo com as características das diversas realidade que estão sendo musealizadas, formando o banco de dados do museu, referente à realidade local, a partir das ações de pesquisa, por meio da ação interativa entre os técnicos e os grupos envolvidos. Busca-se a qualificação da cultura, da análise e compreensão do patrimônio cultural na sua dinâmica real e não a seleção de determinados aspectos para armazenamento e conservação. O banco de dados é o referencial básico de informação, aberto à comunidade, que é alimentado, constantemente, pelos diversos processos, em andamento no museu.

Os instrumentos utilizados na documentação são criados e adaptados a cada realidade, discutidos com os diversos grupos envolvidos na ação museológica e absorvidos pelos mesmos, para a sua aplicação. O processamento do conhecimento produzido e sua inclusão no banco de dados se dá com a participação dos componentes do museu, ao mesmo tempo em que os técnicos participam na elaboração dos instrumentos de coleta de dados, estabelece-se um processo dialógico no qual o museólogo e os demais grupos envolvidos são enriquecidos, tanto na fase do planejamento como na execução, havendo, também, um aumento da auto-estima de ambos quando o produto do seu trabalho é utilizado para a compreensão da realidade e para a construção de um novo conhecimento, atingindo, assim, os objetivos propostos na ação documental.

Conservação: Busca-se a formação de atitudes preservacionistas. Estabelece-se um processo no sentido de compreender os objetivos da preservação, no fazer cotidiano das pessoas. A conservação é, então, um processo de reflexão para uma ação que se dá em um contexto social e não somente a aplicação de técnicas em determinados acervos. Esforços são concentrados na busca da sensibilização e na formação de conservadores, na própria população, a partir de suas aptidões e atitudes.

Comunicação: A comunicação não está restrita à exposição. Faz parte do processo museológico, embora seja importante registrar que sempre fica uma distância entre o material “inerte” que é exposto e o processo vital que lhe deu origem. Ao contrário do procedimento mais usual dos museus, em que a exposição é o ponto de partida no sentido de estabelecer uma interação com o público, nesta ação museológica a exposição é, ao mesmo

tempo, produto de um trabalho interativo, rico, cheio de vitalidade, de afetividade, de criatividade e de reflexão, que dá origem ao conhecimento que está sendo exposto e a uma ação dialógica de reflexão, estabelecida no processo que antecedeu a exposição e durante a montagem, além de ser ponto de partida para outra ação de comunicação.

As demais ações museológicas de pesquisa e preservação, já analisadas anteriormente, também são um processo de comunicação, uma vez que são gestadas por meio de um processo constante de interação em uma ação pautada no diálogo, levando-se em consideração as características dos grupos envolvidos, e as diversas maneiras de estar no mundo e de se expressar, por meio de diferentes linguagens.

É interessante ressaltar que as ações museológicas de pesquisa, preservação e comunicação estão integradas entre si, aos objetivos dos diferentes projetos e às características dos diversos grupos sociais, em um processo constante de revisão, de adaptação e de renovação.

Com certeza, esse novo caminhar nos conduz, urgentemente, à necessidade de se repensar o perfil do profissional museólogo, tanto no aspecto formal como no aspecto político. Nesse sentido, considero que o Movimento da Nova Museologia fornece dados importantes para se repensar, tanto os currículos dos cursos de museologia como o papel que as universidades devem desempenhar junto à sociedade. O Movimento da Nova Museologia foi um impulso necessário à renovação, contribuindo, efetivamente, com o enriquecimento do processo museológico e, sobretudo, com um fazer museológico mais ajustado às diversas realidades. Da construção concreta de museu,

com base na interação e na participação, conseguimos avançar também em relação aos aspectos teórico-metodológicos da Museologia.

7 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O *movimento*, e não uma *Nova Museologia*, foi um vetor na busca de novos caminhos, que, a cada etapa avaliada, descobre-se não ter sido encontrado o ideal, mas o possível. Portanto, *O Movimento da Nova Museologia* nos instrumenta para seguir adiante buscando o desenvolvimento constante da ciência museológica. É necessário, pois, reconhecer o papel do movimento denominado de Nova Museologia, sem contudo confundí-lo com a Museologia propriamente dita. Está claro, também, que as experiências da Nova Museologia nos fazem compreender que há formas diferentes de administrar museus e desenvolver processos museais. Os vários exemplos construídos nos últimos 30 anos, e referidos no presente texto, demonstram a factibilidade e a viabilidade de processos museais gestados a partir da iniciativa e da participação dos cidadãos, desmistifica a crença de que há um único modelo de construir museus e de se trabalhar com o patrimônio cultural.

Enfim, acho que o movimento da Nova Museologia nos apontou os caminhos do respeito à diferença e à pluralidade, para a construção de uma museologia que está aberta às múltiplas realidades, ao crescimento do técnico, que passa a reconhecer seus limites e abre-se para o crescimento conjunto, a partir da interação com as comunidades, assumindo o seu compromisso social, na busca da cidadania e do desenvolvimento social. No nosso entender, este é o seu maior mérito: *a sua contemporaneidade*.

Entretanto, é necessário ressaltar que os princípios da Nova Museologia não são a “*panacéia*” para a solução de todos os problemas dos museus e da Museologia. Há, com certeza, muitos aspectos que não serão resolvidos. Por outro lado, é preciso estar atento aos disfarces, à apropriação do discurso que não foi assimilado de forma consciente, ou seja, na vivência da construção conjunta, na relação teoria-prática, na experiência vivida, e é utilizado para a manipulação e para o modismo. Da mesma forma, o respeito a outras práticas museais também é essencial, pois somente na diversidade é que poderemos fazer escolhas, ter iniciativa e participar. Nesse sentido, encerro a minha reflexão, com uma referência de Keneth Walker, citado por Mendonça (1987, p.52) :

Tem-se chegado a um ponto que se sabe que a participação não é uma fórmula mágica, mas que requer um trabalho paciente. Nenhuma das formas de participação que foram aplicadas até agora resolveram completamente os problemas. É muito possível que esse problemas, como tantos outros de relações humanas, nunca sejam resolvidos de forma definitiva. Mais importante que buscar soluções totais é reconhecer que se trata de um processo prolongado de aprendizagem, cuja primeira etapa é aprender a aprender.

8- BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Maria Mota. Mudanças Sociais/Mudanças Museais- nova museologia/nova história- que relação?. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1996. Cadernos de Sociomuseologia, (5). P.112.

BARBIER, René. *A pesquisa-ação na Instituição Educativa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985

BELLAIGUE, Mathilde. *Methodologie de la Muséologie*. Conferência proferida no V Fórum de Museologia do Nordeste. Salvador, 1992.

_____. *From the "integral museum" to an integrated museum*. [s.l.], [19--]. Mimeografado.

BERRUETA, Jorge Tinajero. Desarrollo Sostenible, Herencia Cultural y Educación de Adultos en América Latina y el Caribe. (Trabalho apresentado no 7^S Taller internacional sobre Nueva Museologia) Pátacuaro, Mich. México. 1996, p.3. Mimeografado.

BORDANEVE, Juan E. Diaz. *O que é Comunicação*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p.7 (Coleção Primeiros passos).

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Pesquisa Participante*. São Paulo: Brasiliense, 1982,p. 27.

_____. *Repensando a Pesquisa Participante*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BRUNO, Cristina. *Museologia e Comunicação*. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Cadernos de Sociomuseologia,(9), 1996.

- CANCLINI, Nestor García. *As Culturas Populares no Capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- Comitê Brasileiro do ICOM. *A Memória do Pensamento Museológico Contemporâneo*. (documentos e depoimentos). 1995. Mimeografado.
- CHAGAS, Mário. *Museália*. Rio de Janeiro: JC Editora, 1996.
- Conhecimento, Cidadania e Meio Ambiente/* Arnaldo José de Hoyos Guevara. São Paulo: Petrópolis, 1998.- (Série temas transversais, 2).
- CARVALHO, Nanci Valadares. *Autogestão: o governo pela autonomia*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- DEMO, Pedro. *Avaliação Qualitativa*. Campinas, SP: Autores Associados, 1995.
- _____. *Educar pela Pesquisa*. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.
- _____. *Pobreza Política*. Campinas, SP: Autores Associados, 1994, p. 44.
- _____. *Política Social, Educação e Cidadania*: Campinas, SP: Papirus, 1996. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).
- _____. *Educação e Qualidade*. Campinas: SP: Papirus, 1996. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).
- ESPÍNOLA, Viols. *La Calidad de la Educación desde la Perspectiva Latinoamericana: análisis de información 1980-1987*. Santiago, Cide, reduc, 1988.
- FERNANDEZ, Luis Alonso. Aspectos Sociais da Conservação do Patrimônio Museológico. [s.l.], [19--].
- FREITAG, Bárbara. *A teoria crítica ontem e hoje*. São Paulo: Brasiliense, 1990. P.2

GONZÁLEZ, José Luis Perea. Antecedentes y Fundamentos de la Metodología Promocional del Museo Comunitario. Córdoba. México Departamento de Museos Comunitarios 1990, mimeografado.

_____. La Investigación participativa y el museo comunitario. [s.l.], [19--].

Hernandez, Hernandez Francisca. *Manual de Museología*. Madrid: Editorial Síntese, S.A.,1994.

HABERT, Nadine. *A Década de 70: apogeu e crise da ditadura militar brasileira*. São Paulo: Ática, 1992. P.74.

HUGUES, Varine de. *O Tempo Social*. Rio de Janeiro: Livraria Eça Editora, 1987. P, 29 e 101.

_____. A Respeito da Mesa Redonda de Santiago. Comitê Brasileiro do ICOM. *A Memória do Pensamento Museológico Contemporâneo*. (documentos e depoimentos). 1995, P.17 e 18, mimeografado.

_____. Onde estamos? O que Devemos Seguir? (Texto apresentado na Conferência geral do ICOM) Quebec, 1992. Mimeografado.

ICOM. *The Museum in the Service of mMan: today and tomorrow*. (The papers from the Ninth general Conference of ICOM). Paris: 1972.

KOISK, Karel. *Dialética do Concreto*. Rio de janeiro: Paz e Terra, 1976, p 22.

KERRIOU, Miriam Arroyo de. El Museo y los Problemas Conceptuales de Patrimônio e Cultura... (Texto apresentado no Congresso Brasileiro sobre patrimônio Histórico e Cidadania. São Paulo: 1991, mimeografado.

- _____. Los Museos en la Educacion: por que y para que. (Texto apresentado no Seminário Latinoamericano y del Caribe, Museos, Educacion y Comunidad ICOM/CECA. 1991. Mimeografado.
- _____. La importancia del grupo en la Metodologia Promocional del Programa de Museos Comunitarios. 1992. Mimeografado.
- LOWY, Michael. *A Escola de Frankfurt e a modernidade*. Tradução Murilo Marcondes de Moura. [s.l. : s.n.], 1992. (Novos Estudos).
- Mello, Guiomar Namó de. *Cidadania e Competividade: desafios do terceiro milênio*. SP: Cortez, 1996.
- MENDONÇA, Luís Carvalheira de. *Participação na Organização: uma introdução aos seus fundamentos conceitos e formas*. São Paulo: Atlas, 1987, p.22, 52.
- MENSCH, Peter Van. New Directions in Museology: new directions in museum education. In: *MUSEUM education and research*. [s.l.]: Comitee for Education and Cultural Action. CECA.ICOM, [19--], p.12-13.
- _____. Museologia e museus. *ICOM News. Bulletin of The International Council of Museums*, v.41, n.3, p.5-10, 1989.
- _____. *Museology as a science: a brief survey*. [s.l.], [19--]. Mimeografado.
- _____. *Object, museum, Museology - an "eternal triangle"*. Leiden: Reinwardt Academie, 1987. (Collected Papers).

- MERIDIES, TEXTOS DE MUSEOLOGIA SOCIAL. Monte Redondo- Portugal: Museu Etnológico de Monte Redondo, n. 17/18, jan/dez. 1993.
- MINON/PORTUGAL. Cadernos do MINON (2) . Lisboa: CODEX, 1992.
- MINON, Declaração de Oaxtepec, México, 1984.
- MINOM. Regulaments Generaux. [s.l.], [19--]. Mimeografado.
- MOUTINHO, Mário Canova. *Museu e Sociedade*. Monte Redondo: Museu Etnológico, 1989, p. 31.
- _____. A Declaração de Quebec de 1984. Comitê Brasileiro do ICOM. *A Memória do pensamento Museológico Contemporâneo*. (documentos e depoimentos). 1995. Mimeo. P. 26 e 28.
- PAES, Simões Maria Helena. *A Década de 60: rebeldia, contestão e repressão política*. São Paulo: Ática, 1993.
- PRIMO, Judite. Museologia e Patrimônio: documentos fundamentais*
UNIVERSIDADE LUSÓFONA. *Museologia: Teoria e Prática*. (Cadernos de Sociomuseologia (16) Lisboa: Centro de Estudos de Sociomuseologia, 1999.
- RODRIGUES, Marly. *A Década de 80. Brasil: quando a multidão voltou às praças*. São Paulo: Editora Ática, 1994.
- RIBEIRO Darcy. *Aos Trancos e Barrancos: como o Brasil deu no que deu*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986.

- RIVARD, René. El Futuro da La Museologia. Cdernos de Museologia. Lima: Pontíficia Universidad Catolica del Peru. Museo de arte Popular, 1989, p. 35.
- _____. El Museo Territorio. Cadernos de Museologia. Lima: Pontíficia Universidad Catolica del Peru. Museo de arte Popular, 1989, p. 41.
- _____. Que Le Musée S” Ouvre – ou une nouvelle muséologie: les écomusées et les musées ouverts. Québec, 1984 .mimeo. p.2.
- ROMANI, Dario. *Mi comunidad como Museo Vivente*. Mendonza: Ediciones Culturales de Mendonza. 1991.
- SANTOS, Maria Célia T. Moura. *Museu, Escola e Comunidade: uma integração necessária*. Salvador: Bureau Gráfica Editora, 1987, 215p. (patrocínio do Ministério da Cultura).
- _____. *Integrando a Escola ao Bairro*. Salvador: Instituto Anísio Teixeira - Secretaria de Educação. 1990. 129p.
- _____. Processo Museológico e Educação: construindo um museu didático-comunitário, em Itapuã. Salvador: UFBA, Faculdade de Educação, 1995. (Tese de doutorado em educação). Universidade Federal da Bahia
- _____. O Papel do Museu na Construção de uma “Identidade Nacional”. Anais do Museu Histórico Nacional, V. 28. Rio de janeiro: Museu Histórico Nacional, 1996.
- _____. *Processo Museológico e Educação: construindo um museu didático-comunitário*. Lisboa: ISMAG/UHLT (Universidade Lusófona de Humanidades e tecnologias). Centro de Estudos de Sociomuseologia. 1996.

- _____. *Repensando a Ação Cultural e Educativa dos Museus*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA. 1993. 2ª edição ampliada. 136p.
- _____. Uma Abordagem Museológica do Contexto Urbano. Cadernos de Museologia (5) Lisboa: Centro de Estudos de Sociomuseologia. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia. 1996.
- _____. Formação de Pessoal Para Museus, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - O Papel da Universidade. Estudos de Museologia/Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Departamento de Promoção. Rio de Janeiro: IPHAN, 1994.
- _____. A preservação da Memória Enquanto Instrumento de Cidadania. Cadernos de Museologia (3) Lisboa: Centro de Estudos de Sociomuseologia. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia. 1994.
- SHREINNER, Klaus. L'Interdisciplinarité en Muséologie. *Muwop*, Stockholm, n. 2, 1981.
- SILVA, Ozanira da Silva e. *Refletindo a Pesquisa Participante*. São Paulo: Cortez, 1986. p.30 e 31.
- SIRVENT, Maria Teresa. (org). *Educação Comunitária. A Experiência do Espírito Santo*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- SOFKA, Vinos. *Museologia e Meio Ambiente Integral*. Conferência proferida no Curso de Museologia da UNIRIO. Rio de Janeiro, 1992. Mimeografada.
- SOLA, Tomislav. The Concept and Nature of Museology. *Museum*, Paris, UNESCO, n.153, p., 1987.

- STRANSKY, Zbynek Z. La Muséologie: science ou seulement travail pratique du musée. *Muwop*, Stockholm, 1981.
- TENÓRIO, Fernando. Org. *Gestão de ONGS*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas. 1997. P. 11.
- TEIXEIRA, Maria Cecília Sanchez. *Antropologia, Cotidiano e Educação*. Rio de Janeiro: Imago, 1990.
- TELMO, Isabel Cottinelli. *o Patrimônio e a Escola do Passado ao Futuro*. Lisboa: Texto Editora. 1991.
- THIOLLENT, Michel. *Metodologia da Pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez. 1986, p.14 e 16.
- TINOCO, Alfredo D. *Pedagogia e Nova Museologia*. Conferência proferida nas VII Jornadas sobre a função social dos Museus do MINOM/ICOM. São João do Estoril, outubro, 1994, mimeografado.
- TOURRAINE, Alain. Como entender as barricadas nas ruas de Paris
In: *Jornal da Tarde. A Conquista do Espaço Político*. São Paulo, 1983. p. 85.
- UNESCO. ICOM. *Declaración de Caracas*. Seminário La Mision del Museo en Latinoamerica Hoy: Nuevos Retos. Caracas, 1992. Mimeografado.
- UNESCO. ICOM Documento da Mesa Redonda de Santiago do Chile. Santiago, 1972. Mimeografado.

UNESCO. International Thesaurus of Cultural Development. Paris, 1980.

UNIVERSIDADE LUSÓFONA. UNIVERSIDADE LUSÓFONA. Museologia: Teoria e Prática. Cadernos de Sociomuseologia (16) Lisboa; Centro de Estudos de Sociomuseologia, 1999.

VASQUEZ, Adolfo Sánchez. *Filosofia da Práxis*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

VERGO, Peter. *The New Museology*. London: Reaktion Books Ltd, 1998.

ZUNZUNEGUI, Santos. *Metamorfosis de la Mirada: el museo como espacio del sentido*. Sevilla: ALFAR, 1990.